

**Relatório consolidado das oficinas de
capacitação do Protocolo de Monitoramento
e Auditoria dos Compromissos da Pecuária
na Amazônia**



Boina
Linha

Essência
AGRO

Piracicaba, novembro de 2025

Ficha Técnica

IMAFLORA

Guilherme Whyte
Fernanda Franco
Marcella Cavalcanti
Sofia Bosque

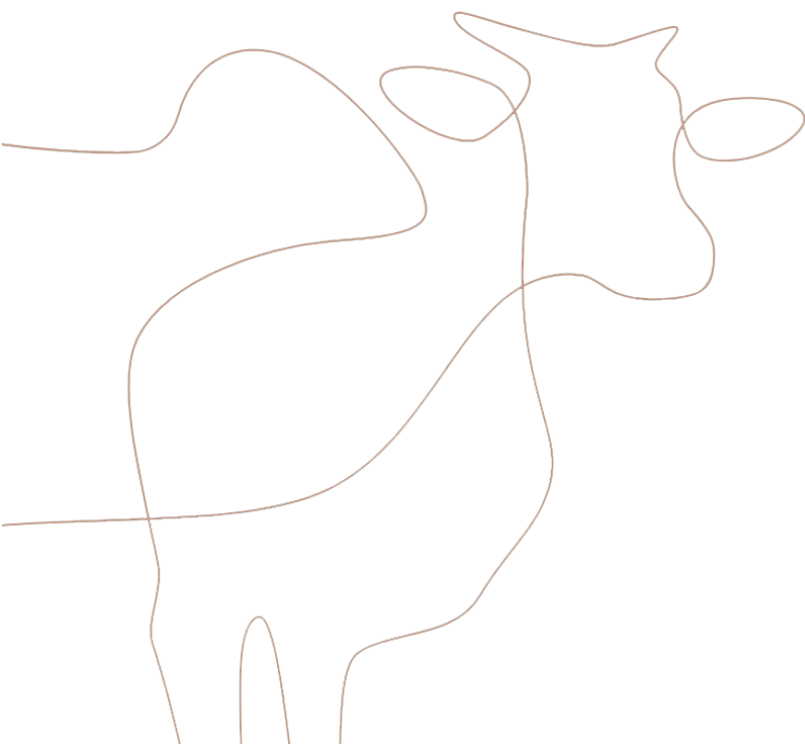
ESSÊNCIA AGRO

Amir Gil Sessim
Helen Estima Lazzari
Lucas de Fraga Alves



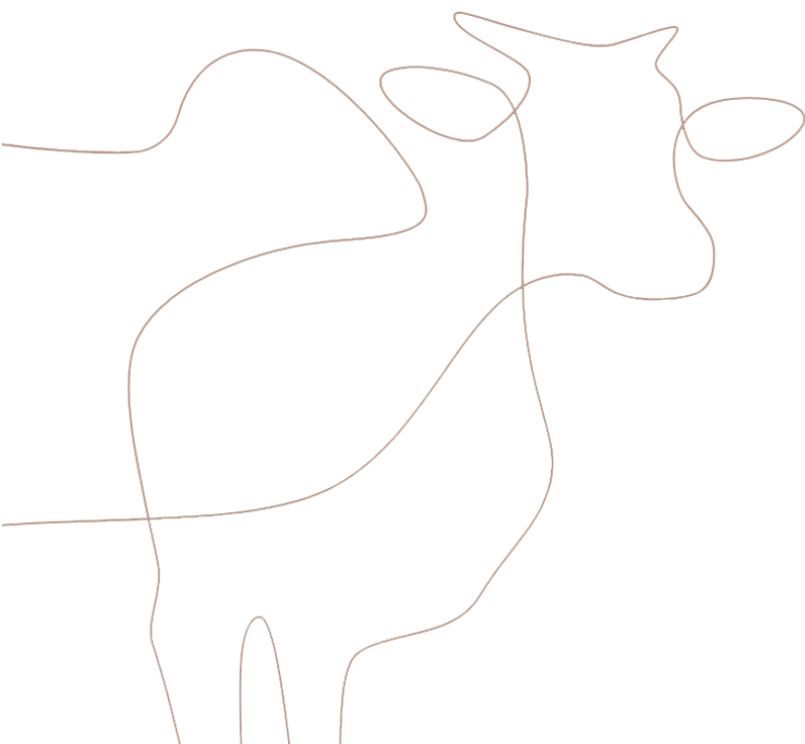
Boina
Linha

Essência
AGRO



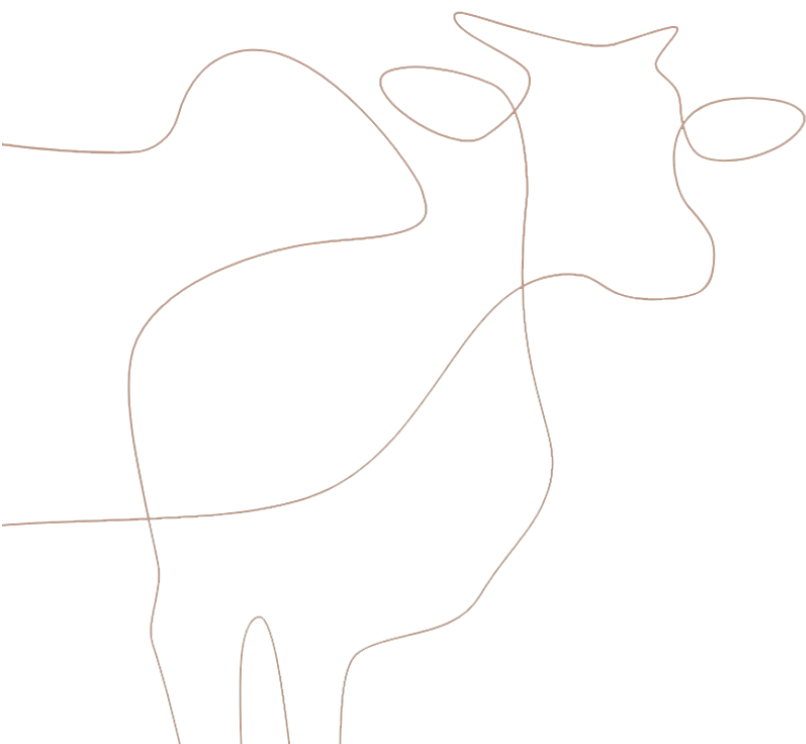
SUMÁRIO

1. RESUMO EXECUTIVO	6
1.1 <i>Objetivos</i>	6
1.2 <i>Apresentação</i>	6
1.3 <i>Participação</i>	7
1.4 <i>Perspectivas Futuras</i>	8
2. METODOLOGIA DAS OFICINAS	8
3. INDICADORES CONSOLIDADOS	10
4. PRINCIPAIS DESAFIOS E TEMAS DEBATIDOS	15
5. ENCAMINHAMENTOS E APRENDIZADOS	17
5.1 <i>Manaus (AM) - 28 e 29/04</i>	19
5.2 <i>Cuiabá (MT) - 19 e 20/05</i>	21
5.3 <i>São Paulo (SP) - 23/05</i>	23
5.4 <i>Palmas (TO) - 02/06</i>	26
5.5 <i>Marabá (PA) - 08 e 09/07</i>	28
5.6 <i>Ji-Paraná (RO) - 26 e 27/08</i>	30
5.7 <i>Rio Branco (AC) - 01/10</i>	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
Anexo I - Avaliação das oficinas	36



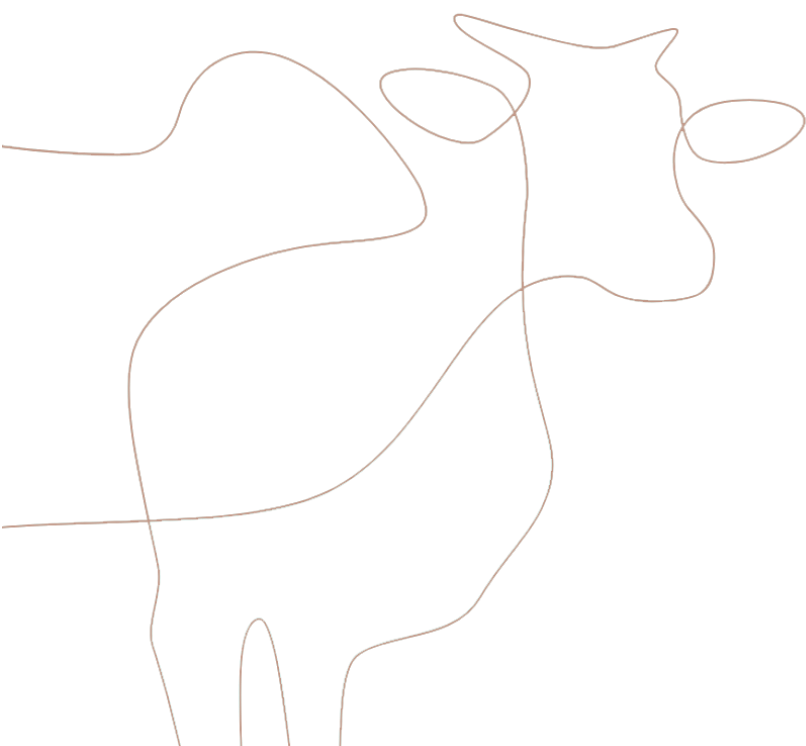
LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Roteiro/Programação das oficinas.....	10
Figura 2. Total de participantes por oficina em 2025.....	10
Figura 3. Representatividade por categoria de gênero nas oficinas 2025.	11
Figura 4. Distribuição dos participantes por setores nas oficinas 2025.	11
Figura 5. Exemplo de convite institucional para as oficinas do PMFGA.	12
Figura 6. Frequência de desafios elencados nas 7 oficinas de 2025.	16
Figura 7. Encaminhamentos gerados nas oficinas do PMFGA em 2025 distribuídos por critérios e cidades. Desmatamento Ilegal (DI), Propriedades Auxiliares (PA), Embargo Lista (EL), Produtividade (Prod.), Unidades de Conservação (UC), Cadastro Ambiental Rural (CAR).	18
Figura 8. Participantes da oficina de PMFGA de Manaus, 2025.	19
Figura 9. Participantes da oficina de PMFGA de Cuiabá, 2025.....	21
Figura 10. Participantes da oficina de PAPCA em São Paulo, 2025.	23
Figura 11. participantes da oficina de PMFGA de Palmas, 2025.	26
Figura 12. Participantes da oficina de PMFGA de Marabá, 2025.	28
Figura 13. Participantes da oficina de PMFGA de Ji-Paraná, 2025.....	30
Figura 14. Participantes da oficina de PMFGA de Rio Branco, 2025.	33



LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Instituições representadas, quantidade de instituições representadas e quantidade de participantes por instituição representada nas oficinas do PMFGA.	13
Tabela 2. Encaminhamentos e responsáveis da oficina do PMFGA de Manaus, 2025.	20
Tabela 3. Encaminhamentos e responsáveis da oficina do PMFGA de Cuiabá, 2025.	22
Tabela 4. Encaminhamentos e responsáveis da oficina do PACPA em São Paulo.	24
Tabela 5. Encaminhamentos e responsáveis da oficina do PMFGA de Palmas, 2025.	26
Tabela 6. Encaminhamentos e responsáveis da oficina do PMFGA de Marabá, 2025.	29
Tabela 7. Encaminhamentos e responsáveis da oficina do PMFGA de Ji-Paraná, 2025.	31
Tabela 8. Encaminhamentos e responsáveis da oficina do PMFGA de Rio Branco, 2025.	34



1. RESUMO EXECUTIVO

1.1 Objetivos

As oficinas da Amazônia tiveram como principal objetivo disseminar o conhecimento sobre o Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado na Amazônia (PMFGA) versão 2.0, com vigência obrigatória desde 01/01/2025, fortalecendo a compreensão de seus critérios, assim como do Protocolo de Auditoria dos Compromissos da Pecuária na Amazônia (PACPA).

Além disso, as oficinas buscaram divulgar a nova estrutura de governança do Comitê de Apoio ao TAC da Pecuária, com destaque para a instalação das Câmaras Sociais Estaduais, criadas para fortalecer o diálogo entre o Ministério Público Federal (MPF) e as partes interessadas na implementação e aprimoramento contínuo do protocolo. Outro objetivo central foi apresentar e fomentar a expansão dos Programas de Reintegração de Fornecedores nos estados da Amazônia Legal, incentivando a regularização e o retorno de produtores bloqueados à cadeia formal de fornecimento, como estratégia de inclusão produtiva e cumprimento dos compromissos socioambientais.

Por fim, as oficinas também atuaram como um espaço de diálogo multissetorial entre associações, consultorias, frigoríficos, curtumes, produtores, órgãos públicos, Ministério Público, universidades, empresas de geomonitoramento e organizações da sociedade civil, com foco na identificação dos principais desafios regionais e na construção coletiva de soluções para sua implementação.

1.2. Apresentação

As oficinas de 2025 foram desenvolvidas em parceria com a empresa de consultoria Essência Agro, contratada para propor um novo formato de oficinas e pela facilitação e apresentação dos conteúdos. O novo formato proposto foi focado na ampla participação do público e na busca de soluções conjuntas para os desafios do setor, que será detalhado na seção Metodologia das Oficinas. Esse modelo buscou ampliar o envolvimento dos diferentes atores da cadeia da carne e estimular a construção coletiva de soluções, permitindo levantar desafios concretos e identificar oportunidades de aprimoramento do Protocolo de Monitoramento e Auditoria dos Compromissos Públicos da Pecuária.

O novo formato foi estruturado para promover discussões abertas, colaborativas e multissetoriais, com foco no fortalecimento da governança e na aplicação prática dos critérios do protocolo. As oficinas proporcionaram um espaço técnico de aprendizagem coletiva, no qual foram debatidas interpretações sobre critérios, particularidades regionais e aspectos operacionais que influenciam a implementação dos protocolos.

Além disso, os encontros permitiram aprofundar o diálogo entre o Ministério Público Federal (MPF) e os representantes da cadeia produtiva, divulgar a nova estrutura de governança do Comitê de Apoio ao TAC, reforçar o papel das Câmaras Sociais Estaduais e incentivar a expansão dos Programas de Reintegração de Fornecedores nos estados da Amazônia Legal.

Os resultados e encaminhamentos oriundos dessas oficinas refletem o amadurecimento técnico e institucional do processo de monitoramento socioambiental, consolidando o compromisso dos diversos setores com uma pecuária mais transparente, responsável e sustentável.

1.3. Participação

As oficinas contaram com 178 participantes, representantes de diferentes elos e setores da cadeia da carne do bioma Amazônico. Participaram frigoríficos, consultorias, órgãos públicos, associações, empresas de geomonitoramento, ONGs, curtumes, setor financeiro, produtores rurais, universidades e empresas de auditoria.

As atividades ocorreram nas cidades de Manaus (AM), Cuiabá (MT), São Paulo (SP), Palmas (TO), Marabá (PA), Ji-Paraná (RO) e Rio Branco (AC), garantindo representatividade geográfica e diversidade de contextos produtivos.

Os principais temas abordados incluíram os desafios relacionados aos critérios de desmatamento ilegal, propriedades auxiliares e demais critérios (listas, produtividade, embargos, TIs e UCs), bem como estratégias de reintegração de produtores bloqueados à cadeia formal.

Entre os convidados e palestrantes, destacaram-se:

- Ministério Público Federal (MPF) – contextualizando o papel institucional do órgão na governança do protocolo;
- Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) – abordando o alinhamento entre rastreabilidade e políticas públicas;

- Secretárias do Meio Ambiente – com enfoque na regularização ambiental e integração estadual;
- Agrottools, com a apresentação do PREM (Programa de Reinserção de Fornecedores);
- NicePlanet, com a demonstração do Sistema Sirflor e suas aplicações em verificação ambiental.

1.4. Perspectivas Futuras

Com base nas discussões realizadas, nos desafios encontrados e nos encaminhamentos definidos, as perspectivas para 2026 apontam para:

- Maior engajamento de produtores e órgãos públicos, ampliando a adesão às diretrizes socioambientais e fortalecendo o diálogo federativo nas esferas estaduais e municipais;
- Expansão e consolidação dos Programas de Reintegração de Fornecedores, com o objetivo de apoiar tecnicamente produtores, promovendo o acesso ao mercado legal de carne e contribuindo com o processo de regularização ambiental;
- Capacitação técnica voltada ao monitoramento de fornecedores indiretos, promovendo maior rastreabilidade e integridade nas cadeias de suprimento;
- Fortalecimento das câmaras técnicas e sociais, para acompanhamento dos encaminhamentos e construção de soluções conjuntas que reflitam a realidade produtiva da Amazônia.

Essas perspectivas reforçam o caráter contínuo e colaborativo do processo, consolidando as oficinas como um instrumento essencial para o fortalecimento institucional e a melhoria dos mecanismos de monitoramento e auditoria.

2. METODOLOGIA DAS OFICINAS

As programações das oficinas iniciaram com abertura institucional, apresentação do contexto da pecuária na Amazônia e do Programa Boi na Linha, para a contextualização do histórico e avanços relacionados ao Protocolo. Além desta parte teórica, foram apresentados todos os critérios do protocolo, passando pela explicação da avaliação de cada critério e das regras de desbloqueio. Após, os participantes desenvolveram a dinâmica de World Café, método que estimula o diálogo e a troca de experiências. A dinâmica abordou todos os critérios do protocolo com debates norteados pelos facilitadores em dois questionamentos: Quais os desafios em

cumprir/verificar o(s) critério(s) do protocolo? E O que poderia auxiliar a solucionar estes desafios?

Ao final, as contribuições do trabalho em grupo foram organizadas por similaridade e apresentadas em plenária para debate coletivo. O objetivo dessa etapa foi verificar a necessidade de gerar encaminhamentos à câmara social ou técnica para o melhor entendimento e aplicação do protocolo. A partir desse processo, foram registrados encaminhamentos consensuais, com a definição de responsáveis e próximas etapas, reforçando o caráter propositivo das oficinas e garantindo que os debates se convertessem em ações práticas de aprimoramento do protocolo.

Os encaminhamentos resultantes das oficinas serão direcionados ao Ponto Focal de cada Câmara Social Estadual (CSE). O Ponto Focal tem a responsabilidade de realizar a interlocução entre as partes interessadas do estado e a respectiva CSE. Cabe a ele receber, estruturar e selecionar as demandas apresentadas, encaminhando aquelas consideradas pertinentes para análise e discussão no âmbito da Câmara Social Estadual, assegurando o acompanhamento e a efetividade das deliberações regionais.

Por fim, a maior parte dos encontros contou com a participação de representantes do Ministério Público Federal (MPF), e com a apresentação do Programa de Reintegração de Fornecedores, que destacou seu papel no apoio à regularização e ao retorno de produtores bloqueados à cadeia formal. Sempre que possível os representantes do MPF participaram da plenária da dinâmica com auxílio ao entendimento dos critérios e possíveis encaminhamentos.

O roteiro das oficinas (Figura 1) seguiu, em linhas gerais, o mesmo fluxo de atividades desenvolvidas durante os encontros. Cabe destacar que ajustes pontuais foram realizados em cada localidade, de acordo com a disponibilidade dos procuradores do MPF e dos convidados regionais, sem comprometer a sequência lógica e os objetivos do processo metodológico.



Roteiro			
Dia 1		Dia 2	
Horário	Conteúdo	Horário	Conteúdo
08:00	Boas vindas	08:00	Reintegração produtores e rastreabilidade
08:30	Institucional Imaflora	08:30	Dinâmica encaminhamentos
08:45	Contexto pecuária Amazônia	10:00	Pesquisa de satisfação + Coffee break
09:00	Programa Boi na Linha	11:00	Encerramento
10:00	Intervalo		
10:15	Critérios PMFGA v.2.0		
12:15	Almoço		
13:30	Dinâmica		
16:00	Intervalo		
16:30	Dinâmica		
18:00	Encerramento		

Figura 1. Roteiro/Programação das oficinas.

3. INDICADORES CONSOLIDADOS

As oficinas realizadas em 2025 contaram com ampla representatividade de instituições e setores da cadeia da pecuária na Amazônia. Ao todo, 178 pessoas participaram das oficinas, representando 73 instituições. Entre elas estavam frigoríficos, consultorias, órgãos públicos, empresas de geomonitoramento, associações, auditorias, ONGs, curtumes, setor financeiro e pecuaristas. A distribuição das participações evidenciou maior presença institucional nas oficinas de Cuiabá (44 instituições) e Ji-Paraná (43), seguidas de Rio Branco (27) e São Paulo (23) (Figura 2).

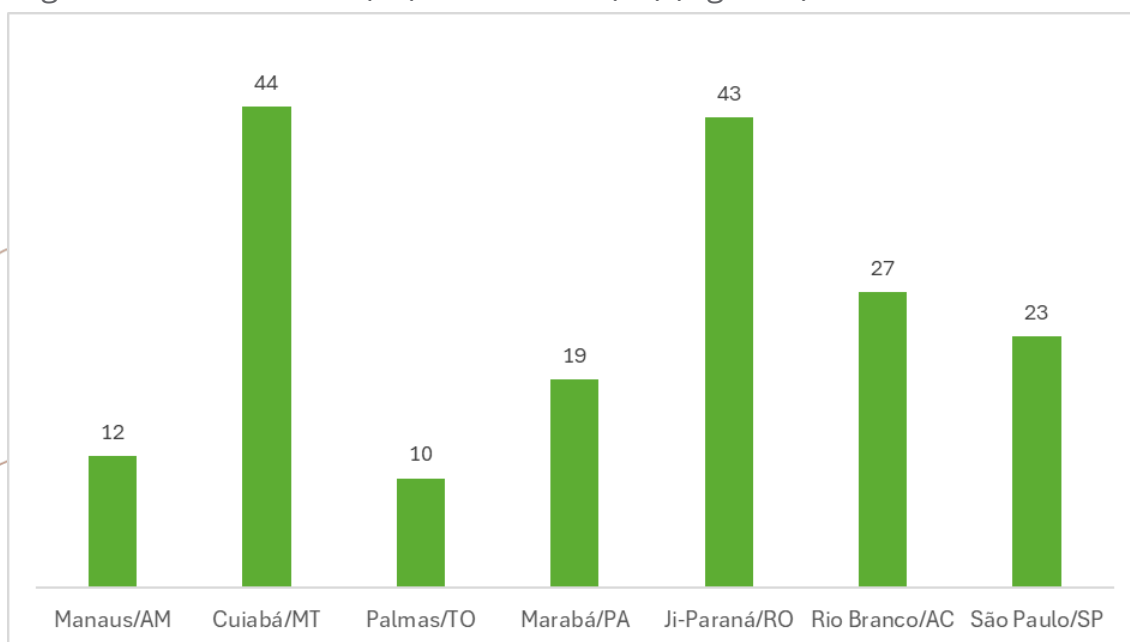


Figura 2. Total de participantes por oficina em 2025.

Em relação ao perfil de gênero dos participantes (Figura 3), observou-se uma participação equilibrada entre homens (52%) e mulheres (48%). O setor com maior representatividade foi o de frigoríficos (Figura 4), com 55 participações, seguido pelas consultorias (34), órgãos públicos (32), empresas de geomonitoramento (16), auditorias (14) e outras instituições (10). Outros segmentos relevantes incluíram associações (8), pecuaristas (3), setor financeiro (3), ONGs (2) e curtumes (1).

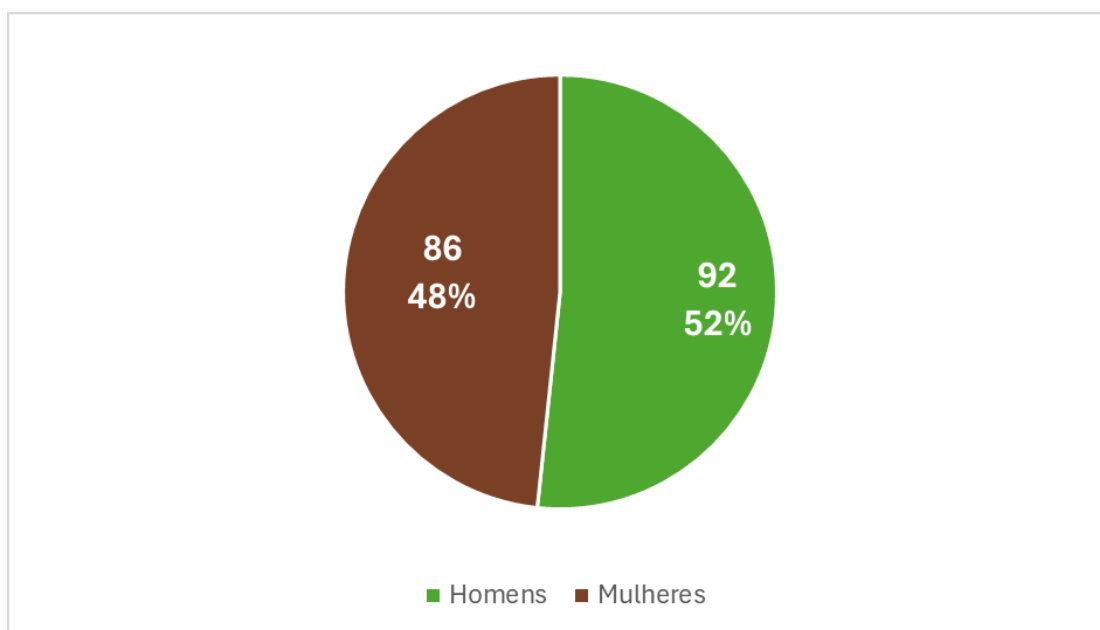


Figura 3. Representatividade por categoria de gênero nas oficinas 2025.

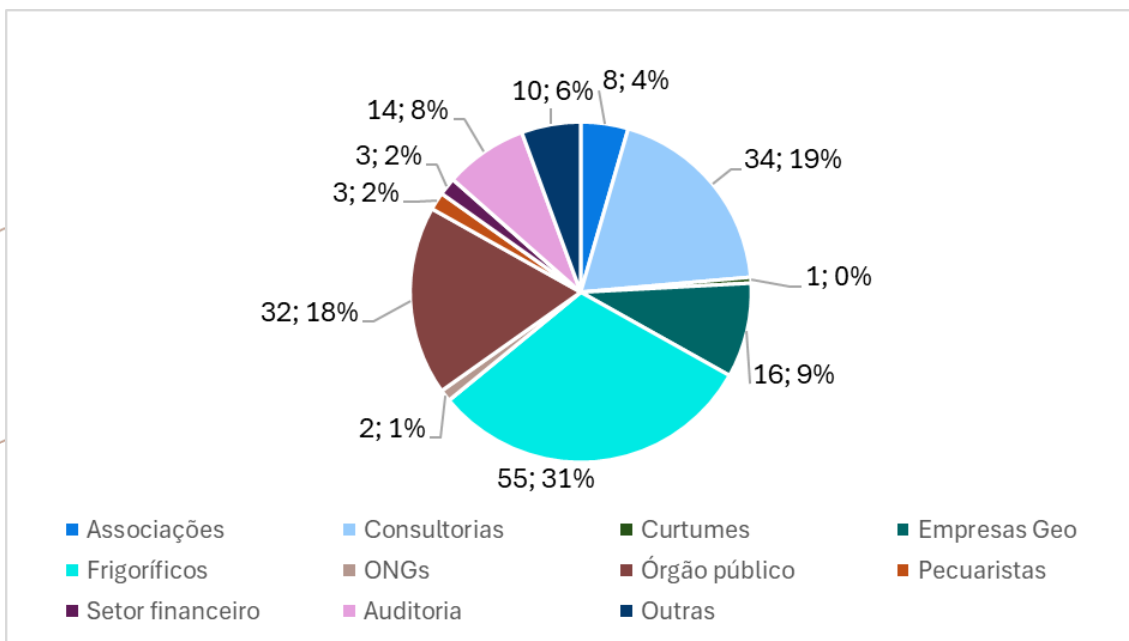


Figura 4. Distribuição dos participantes por setores nas oficinas 2025.

Para ampliar a participação e garantir diversidade institucional em todas as localidades, os convites (Figura 5) foram enviados previamente aos atores estratégicos do setor. Este formato buscou assegurar clareza sobre os objetivos, público-alvo e dinâmica dos encontros, além de reforçar o caráter colaborativo do processo.



Figura 5. Exemplo de convite institucional para as oficinas do PMFGA.

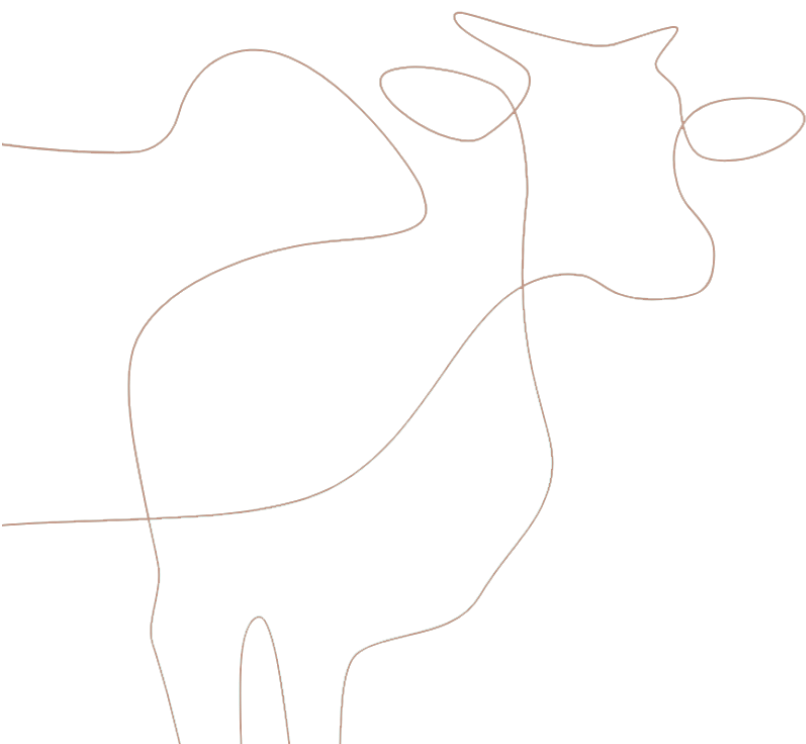
Estiveram presentes nas oficinas representantes de frigoríficos, consultorias, associações regionais, universidades, órgãos públicos, empresas de geomonitoramento, setor financeiro, produtores rurais e organizações da sociedade civil (Tabela 1).



Tabela 1. Instituições representadas, quantidade de instituições representadas e quantidade de participantes por instituição representada nas oficinas do PMFGA.

LOCAL	INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS	QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PRESENTES
Manaus (AM) - 28 e 29/04	ADAF, FAEA, IDAM	3	12
Cuiabá (MT) - 19 e 20/05	AD Florestal, Agra Agro Industria, Agrottools, Agroturn, BMG Foods, Borella Gonçalves Advocacia, Carnes Boi Branco, Falcão Ind. De Alimentos, FAMATO, Friboi, Frigorifico Pantanal, Frigorifico Redentor, Frigosul, Heinen Assessoria Florestal, IMAC, JBS, Laura Rutz Advocacia, LPCD, Marfrig, Meta Soluções Ambientais, Minerva Foods, NatCap , Naturafrig, Negócio Agro Soluções Rurais, Pantaneira, Pavezi Advocacia, Serasa Experian, X-agro soluções.	29	44
São Paulo (SP) - 23/05	Agrottools, BDO, Control Union, Distriboi, Frigo Raça, Grant Thrornton ,Geomaster, JBS, Trace Green, Track Things.	10	23
Palmas (TO) - 02/06	FAET, JBS, NicePlanet.	3	10
Marabá (PA) - 08 e 09/07	AgriSB, Agrottools, Bolt, DURLICOUROS, G.I ASSESSORIA, GEOMAP, JBS, Licenciar Engenharia e Consultoria Ambiental, NatCap, Naturafrig, PROAGRI, Regularize Agroambiental.	12	19
Ji-Paraná (RO) - 26 e 27/08	Ambienta Agro, APRON, Arc Agro Soluções Agropecuária, ARONPEC, BMG Foods, Credisis Central, D'Campo projetos e assessoria Rural, Distriboi, Ecoporé, Emater, Federação da Agricultura e Pecuária de Rondônia, IDARON, JBS, Minerva, Pacto Rural, Rio Terra, SENAR-AR/RO, Sítio chaparral, SOS Ambiental, TERADA & FERREIRA - Advogados	21	43

	Associados, Vale Grande (Frialto) e FEFA-RO.		
Rio Branco (AC) - 01/10	A.R.Busanello, BDO, BMG Foods, Coopbeef, Estácio, FRIGORIFICO 3 IRMÃOS, FAEAC, IFAC, JBS, Roberto Goncalves ME, SEMA/Acre.	11	27
Total		89	178



4. PRINCIPAIS DESAFIOS E TEMAS DEBATIDOS

Os debates realizados nas oficinas permitiram identificar dois grupos de desafios enfrentados pelos atores da cadeia da carne na Amazônia: (i) desafios gerais, que extrapolam o escopo do protocolo e dizem respeito ao contexto institucional, regulatório e operacional dos estados; e (ii) desafios específicos, diretamente relacionados à implementação dos critérios do Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado na Amazônia (PMFGA). Entre os desafios gerais mais citados destacam-se a regularização ambiental e fundiária, a morosidade na análise do CAR, a dificuldade de acesso aos dados oficiais e a ausência de assistência técnica estruturada (ATER). Entre os desafios específicos, foram recorrentes as dificuldades na aplicação dos critérios de propriedades auxiliares e na interpretação de PRODES contíguos dentro do critério de desmatamento ilegal, além de dúvidas técnicas sobre aplicação das regras de desbloqueio.

No grupo de desafios gerais, os participantes apontaram obstáculos estruturais que impactam o monitoramento socioambiental, mas que não dependem exclusivamente do protocolo para serem solucionados. Entre eles estão: a morosidade dos órgãos estaduais na análise e validação do CAR; inconsistências ou falta de atualização de bases públicas; limitações de acesso às informações fundiárias; dificuldades para obtenção de documentos oficiais; e a necessidade de avançar em políticas públicas de regularização ambiental e fundiária. Esses fatores foram citados como barreiras que afetam tanto a verificação quanto o cumprimento das exigências socioambientais pelos produtores.

No grupo de desafios específicos do protocolo, as discussões foram divididas entre os critérios de desmatamento ilegal, propriedades auxiliares e demais critérios do protocolo. Em desmatamento ilegal foi abordada a melhor clareza operacional sobre o uso de PRODES contíguos com detalhamento de orientações técnicas para laudos de regeneração e dúvidas sobre o uso de bases distintas pelo setor público e pelas auditorias. As discussões exploraram a falta de padronização dos procedimentos e informações fornecidas pelos órgãos estaduais, uma vez que impacta a análise do critério. A Figura 6 sintetiza os desafios levantados nas oficinas, por critério e por frequência de ocorrência.

No critério de propriedades auxiliares, foram destacados desafios como a inexistência de uma base pública unificada que vincule CPF/CNPJ ao CAR, o alto custo de implementação do monitoramento e a insegurança jurídica

decorrente da ausência de regulamentação legal específica sobre o tema. Mesmo havendo Regras para Desbloqueio de Propriedades prevendo essas situações, foram levantados desafios relacionados à dificuldade de comprovar a inexistência de movimentação entre áreas regulares e irregulares e desconfiança entre produtores e frigoríficos, além do impacto desproporcional sobre pequenos e médios produtores, que possuem menor capacidade técnica e financeira para adequação.

Desafios elencados nas oficinas da Amazônia por rodada de discussão



Figura 6. Frequência de desafios elencados nas 7 oficinas de 2025.

Nos demais critérios, os principais desafios relatados envolveram questões operacionais e de qualidade das informações utilizadas no monitoramento. Embora o índice de produtividade esteja claramente definido no protocolo — assim como sua forma de verificação e desbloqueio —, os participantes destacaram dificuldades decorrentes da falta de padronização na forma como os produtores preenchem o documento de autodeclaração. Apesar de existir um modelo oficial disponibilizado pelo PMFGA, muitos produtores o completam de maneiras distintas, com níveis variados de detalhamento ou informações incompletas, o que gera interpretações diferentes entre frigoríficos e auditores.

Além disso, foram apontadas inconsistências nas bases públicas utilizadas nos processos de verificação socioambiental. No caso do CAR, os desafios mais citados envolveram a sobreposição de polígonos e a atualização insuficiente das informações, reflexo da morosidade na análise pelos órgãos ambientais estaduais. Em relação aos embargos, foram relatadas divergências de atualização entre as listas disponibilizadas em diferentes portais oficiais, gerando dúvidas sobre a situação real da área embargada. No que se refere às GTAs, algumas regiões apresentaram falhas de registro que comprometem a rastreabilidade das movimentações. Já no contexto das Unidades de Conservação e Terras Indígenas, surgiram dificuldades para acompanhar os processos de criação, ampliação ou regularização fundiária, especialmente em locais onde ainda há conflitos de limites ou etapas distintas de demarcação, o que impacta diretamente a verificação dos critérios aplicáveis.

De forma geral, as discussões reforçaram que, para garantir a efetividade do protocolo, é essencial investir em integração de dados e suporte aos produtores, facilitando a implementação das exigências socioambientais e considerando a realidade operacional e econômica da cadeia da carne na Amazônia.

5. ENCAMINHAMENTOS E APRENDIZADOS

Os debates das oficinas da Amazônia de 2025, concentraram-se na aplicação prática dos critérios do PMFGA e nos principais desafios enfrentados para sua implementação em diferentes contextos regionais. Os participantes compartilharam experiências e levantaram casos reais, que foram discutidos coletivamente nas dinâmicas e nas plenárias, resultando

em análises críticas sobre a efetividade dos critérios, bem como na proposição de ajustes e recomendações.

Além da apresentação do protocolo e de seus critérios, o processo buscou ativamente ouvir o público e coletar feedbacks técnicos e operacionais. As contribuições sistematizadas geraram encaminhamentos objetivos, atribuídos a responsáveis para seu desenvolvimento posterior. Esses encaminhamentos foram registrados ao final de cada oficina e organizados de forma consolidada neste relatório, de modo a orientar o aprimoramento do protocolo, facilitar as discussões nas Câmaras Sociais Estaduais e fortalecer sua aplicabilidade. Todas as manifestações foram consideradas e os principais pontos levantados foram reunidos e agrupados por similaridade (Figura 7). Além de encaminhamentos sobre os critérios contidos no PMFGA, outros assuntos importantes para a pecuária dos estados da Amazônia foram discutidos e registrados como encaminhamentos para a Câmara Social de cada estado.

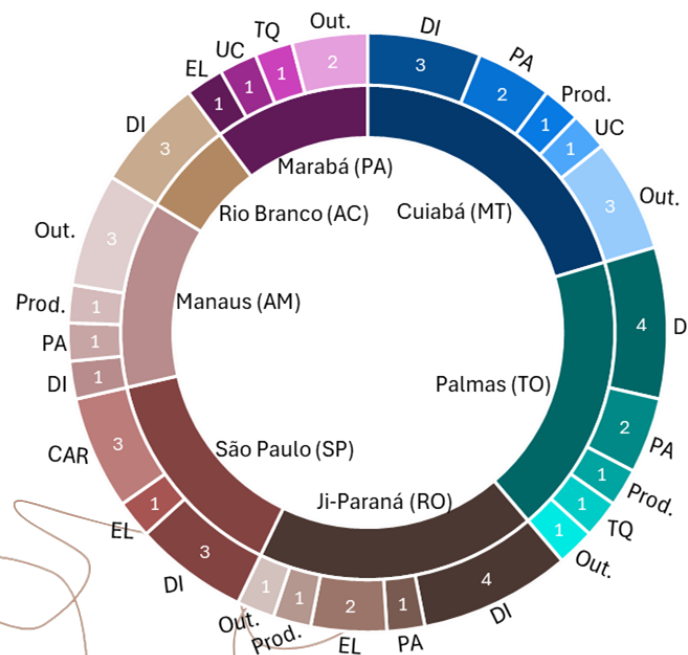


Figura 7. Encaminhamentos gerados nas oficinas do PMFGA em 2025 distribuídos por critérios e cidades. Desmatamento Ilegal (DI), Propriedades Auxiliares (PA), Embargo Lista (EL), Produtividade (Prod.), Unidades de Conservação (UC), Cadastro Ambiental Rural (CAR), Territórios Quilombolas (TQ) e Outros encaminhamentos de assuntos não constantes nos critérios do PMFGA (Out).

5.1 Manaus (AM) - 28 e 29/04

A oficina realizada em Manaus contou com a participação de 12 profissionais atuantes em órgãos públicos (Figura 8). Estavam representados a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (ADAF), o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), a Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas (FAEA) e de outras instituições locais. Os debates evidenciaram a complexidade do monitoramento em áreas remotas, destacando problemas estruturais como a grande quantidade de registros CAR pendentes, limitações de infraestrutura e dificuldades logísticas que impactam a capacidade de implementação de medidas de conformidade. O sistema de produção predominante — com uso de fogo e baixos índices de produtividade por hectare — eleva a pressão por novas áreas e torna mais frequente a necessidade de medidas de regularização. São importantes ações de capacitação técnica e de parcerias entre órgãos estaduais, Ministério Público e frigoríficos para apoiar produtores locais e aprimorar a integração entre bases de dados, com vistas a facilitar a regularização e a rastreabilidade na região.

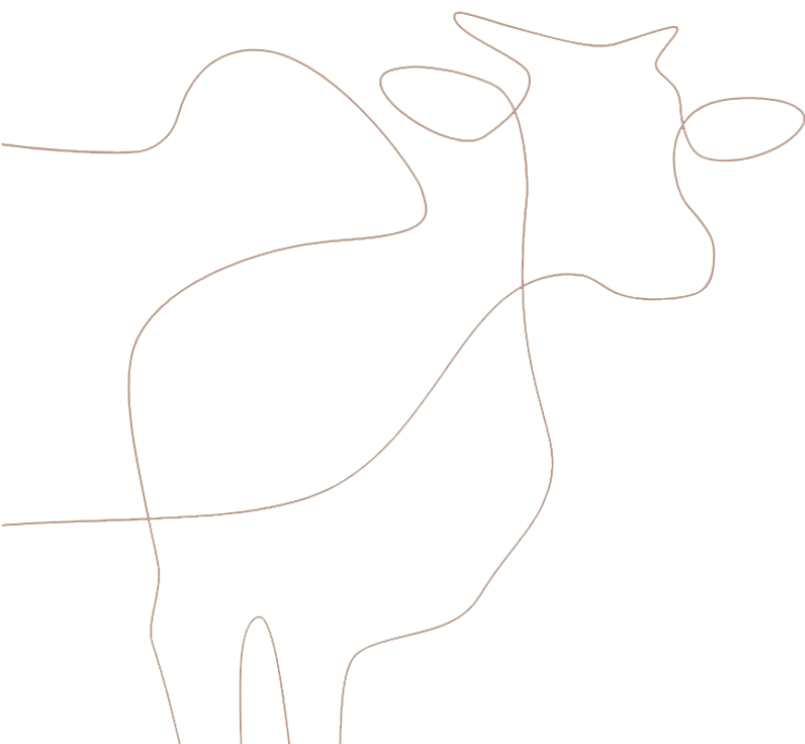


Figura 8. Participantes da oficina de PMFGA de Manaus, 2025.

A oficina contribuiu para consolidar o entendimento sobre especificidades regionais do Amazonas e para identificar prioridades de atuação. O ajuste de abordagens do protocolo às realidades logísticas e produtivas do estado, sem que haja perda das exigências técnicas dos critérios de monitoramento pode contribuir para o aumento de sua aplicação. Ao final, identificou-se os seguintes encaminhamentos e responsáveis (Tabela 1):

Tabela 2. Encaminhamentos e responsáveis da oficina do PMFGA de Manaus, 2025.

ENCAMINHAMENTOS	RESPONSÁVEL
Engajamento de produtores para próximas oficinas na região	FAEA
Engajamento com frigoríficos para próximas oficinas na região	ADAF
Facilitar diálogos entre instituições para analisar possibilidade de Programa de reinserção do AM	Câmara social do AM
Pesquisa sobre automatização do CAR (Produtividade) Melhorar o critério e informações da autodeclaração, baseado nos resultados dos ciclos unificados de auditoria	IDAM Câmara técnica



5.2 Cuiabá (MT) - 19 e 20/05

A oficina realizada em Cuiabá contou com a participação de 60 profissionais (Figura 9). As entidades representadas foram o Ministério Público Federal, o Instituto Mato-Grossense da Carne (IMAC), a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), frigoríficos, consultorias, universidades, órgãos estaduais, setor financeiro e empresas de tecnologia e geomonitoramento.



Figura 9. Participantes da oficina de PMFGA de Cuiabá, 2025.

O IMAC apresentou o Programa de Reinserção e Monitoramento (PREM) e sua metodologia, contribuindo para o diálogo sobre mecanismos de reinserção mercadológica de produtores que passam por processos de regularização, além de articular possíveis alinhamentos com a SEMA-MT. A SEMA, através da secretária adjunta de gestão ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema MT), Luciane Bertinatto, apresentou o trabalho realizado no CAR, abordando o processo de validação, exemplos de análises, cenário de análise manual do CAR e por fim, o CAR digital, que vem demonstrando um grande passo na aceleração da validação do CAR, via processo automatizado. Os debates evidenciaram a relevância do Mato Grosso como estado estratégico para a pecuária na Amazônia e, conseqüentemente, para a aplicação do protocolo. Entre os pontos destacados estiveram a necessidade de maior integração de bases de dados ambientais e fundiárias, a clareza nos critérios de desbloqueio de áreas embargadas e a padronização de procedimentos entre órgãos estaduais e federais. Também foi ressaltado o papel das associações de produtores na

difusão de informações técnicas e na orientação para regularização dos fornecedores.

O encontro em Cuiabá contribuiu para consolidar percepções sobre os avanços necessários para tornar o protocolo mais claro e aplicável, destacando que seu sucesso depende tanto dos conceitos técnicos dos critérios quanto da capacidade de atuação dos diferentes atores envolvidos. Ao final, dez encaminhamentos e responsáveis foram elencados (Tabela 3).

Tabela 3. Encaminhamentos e responsáveis da oficina do PMFGA de Cuiabá, 2025.

ENCAMINHAMENTOS	RESPONSÁVEL
(Desmatamento ilegal) Elaborar proposta para melhoria da regra 3 – laudo de regeneração	FAMATO, IMAC
Divulgação e engajamento para as próximas oficinas para participação de produtores	Todos
(Desmatamento ilegal) Câmara técnica em contato com INPE para melhorias	Câmara técnica
Buscar ações para maior aderência ao TAC pelos frigoríficos	Câmara social MT
(Propriedades auxiliares) Elaborar documento técnico para propor prorrogação de prazo para o critério	FAMATO, NATURAFRIG
(Desmatamento ilegal) Proposta para a construção de portal de transparência com laudos técnicos para falso-positivo de PRODES	FAMATO, IMAC
Associar CAR a GTA. Facilidade para todos os critérios e não apenas para propriedades auxiliares	Câmara social MT
Fomentar espaços de diálogos entre órgãos competentes do protocolo	Imaflora
(Produtividade) Aprimorar critério	Câmara técnica
(Alteração limite do CAR/UC) Acatar o parecer técnico do órgão ambiental competente, em atendimento à legislação ambiental estadual (Decreto 1031/2017 - Art. 13-A)	JBS/ Câmara social MT

5.3 São Paulo (SP) - 23/05

A oficina do Protocolo de Auditoria dos Compromissos da Pecuária na Amazônia (PACPA) foi realizada no dia 23 de maio de 2025, em São Paulo, e reuniu 23 profissionais, sendo 12 homens e 11 mulheres, representando empresas de auditoria, empresas de geomonitoramento e frigoríficos (Figura 10). Diferente das demais oficinas, este encontro foi direcionado exclusivamente à formação e alinhamento de auditores líderes, com foco na aplicação da versão 1.1 do protocolo.



Figura 10. Participantes da oficina de PAPCA em São Paulo, 2025.

A abertura foi conduzida pelo procurador Dr. Ricardo Negrini (MPF), que destacou os objetivos específicos do encontro, esclareceu dúvidas sobre o escopo do protocolo de auditoria e participou ativamente das discussões em grupo. A presença do MPF foi considerada fundamental pelos participantes, tanto para o esclarecimento rápido de questões técnicas quanto para aproximar a percepção dos auditores à realidade institucional dos órgãos de controle.

Os conteúdos apresentados foram centrados nos critérios de auditoria e cálculos de amostragem, especialmente diante do desafio de que o ciclo de 2025 envolverá a auditoria de dois anos completos (2023 e 2024). Houve amplo debate sobre como realizar o cálculo da amostragem, sendo bem aceita a proposta de soma dos dois anos para efeito do cálculo, que será levada à Câmara Técnica para deliberação.

Durante a dinâmica os debates resultaram em encaminhamentos relacionados à padronização de laudos, prazos para atualização do PRODES, viabilidade de acesso às diferentes bases do CAR e aceitação de planilhas do IBAMA como evidências. Empresas frigoríficas também solicitaram que os kits de auditoria sejam enviados previamente, de forma a facilitar a preparação de informações e levantaram a possibilidade de auditoria automática nos ciclos futuros, visando maior eficiência e redução de custos.

Participaram da oficina representantes das empresas BDO Auditores Independentes, Control Union, Geomaster Geotecnologia Ambiental, Grant Thornton Auditoria e Consultoria e TraceGreen Audit. Todas as empresas são indicadas como capacitadas e recomendadas para conduzir as auditorias do 3º Ciclo Unificado no âmbito do TAC da carne. Ao final da oficina, encaminhamentos e responsáveis foram indicados (Tabela 4).

Tabela 4. Encaminhamentos e responsáveis da oficina do PACPA em São Paulo.

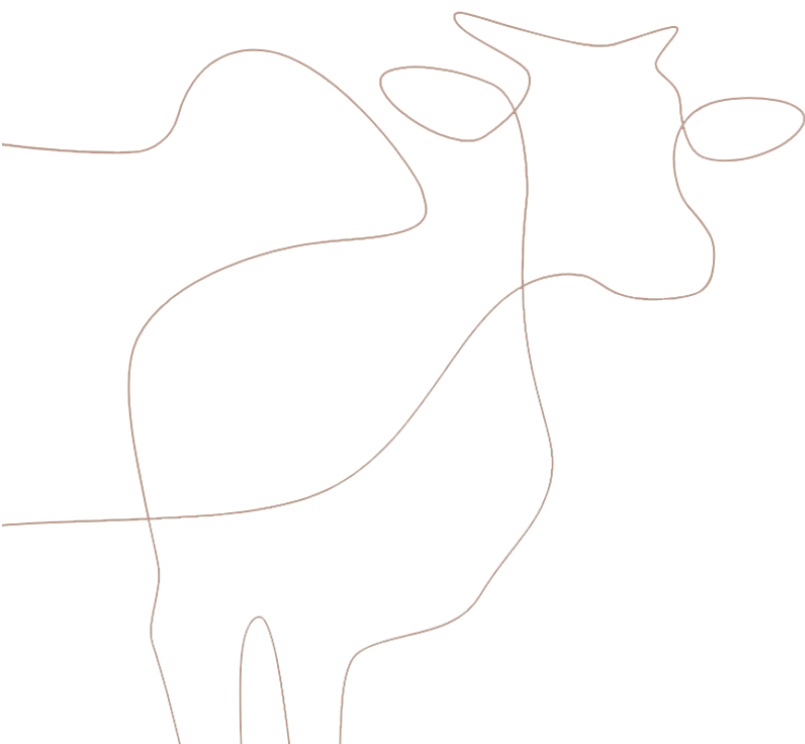
ENCAMINHAMENTOS	RESPONSÁVEL
(Desmatamento ilegal) Padronização de laudo de falso positivo	Câmara técnica
(Desmatamento ilegal) Definição de prazo para atualização da base de PRODES	Câmara técnica
(Desmatamento ilegal) Fomentar espaços de diálogos ente órgãos competentes do protocolo (reforço de convite)	Imaflora
CAR) Verificar viabilidade para disponibilizar bases do CAR de diferentes anos	MPF
(CAR) Discutir a periodicidade para aceite do demonstrativo do CAR	Câmara técnica

(CAR) Propor solução para quando houver limitação da base de CAR, realizar substituição da propriedade fornecedora para manter amostragem

Câmara técnica

(Embargo lista) Avaliar possibilidade de aceitar planilha Excel do IBAMA como evidência, desde que evidenciado que o documento não foi alterado

Câmara técnica



5.4 Palmas (TO) - 02/06

A oficina realizada em Palmas contou com a participação de 10 profissionais, representando frigoríficos, empresa de geomonitoramento e associação de produtores (Figura 11). Os debates tiveram ênfase em análises técnicas ligadas ao uso de bases públicas e à aplicação dos critérios relacionados ao desmatamento ilegal. Foram levantadas dúvidas sobre a interpretação de Prodes contíguos, sobre qual o momento que as áreas devem ser contabilizadas na avaliação e a clareza das camadas utilizadas para a verificação. Também houve contribuições sobre propriedades auxiliares, critérios de desbloqueio e produtividade.



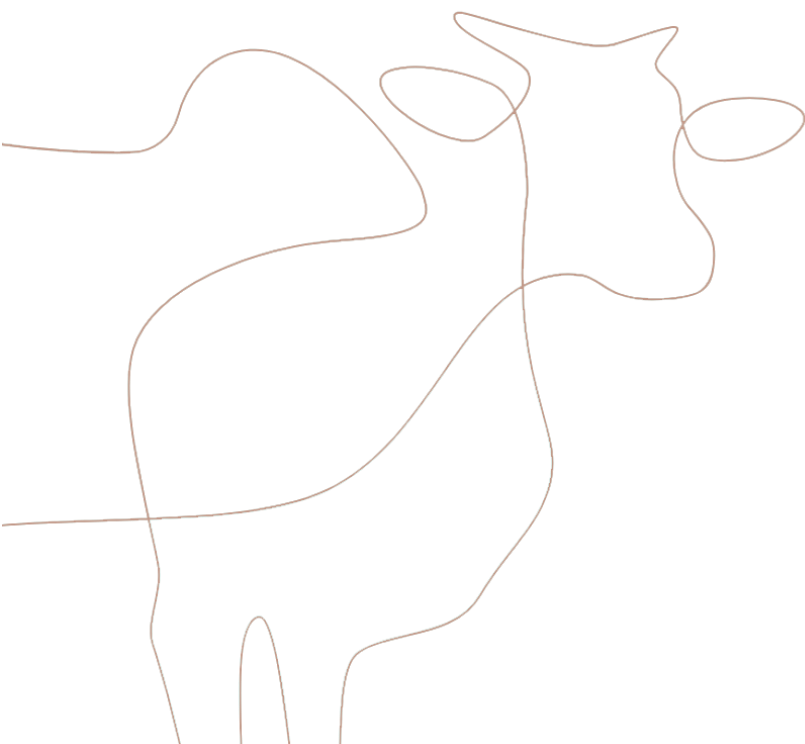
Figura 11. participantes da oficina de PMFGA de Palmas, 2025.

A oficina de Palmas, contribuiu de forma consistente para o aprimoramento do protocolo, com foco em ajustes técnicos nos critérios de desmatamento, maior precisão nas bases de dados disponibilizadas e padronização da interpretação entre frigoríficos e auditores. Ao final da oficina, os encaminhamentos e respectivos responsáveis foram relacionados (Tabela 5).

Tabela 5. Encaminhamentos e responsáveis da oficina do PMFGA de Palmas, 2025.

ENCAMINHAMENTOS	RESPONSÁVEL
(Desmatamento ilegal) Clareza no texto sobre o funcionamento de PRODES contíguos e exemplos	Câmara técnica

(Desmatamento ilegal) Maior assertividade nas bases públicas disponibilizadas no kit de auditoria	Câmara técnica
(Desmatamento ilegal) Alinhar o período de envio do relatório de acompanhamento com período solicitado pelo órgão ambiental responsável	JBS
(Desmatamento ilegal) Alinhamento na interpretação da aplicabilidade do PRODES contíguo com os auditores	Imaflora
(Propriedades auxiliares) Elaboração de proposta de descrição do laudo técnico da regra 2 de desbloqueio	Niceplanet
(Propriedades auxiliares) Elaboração de proposta de alteração do critério limitando-o às propriedades adjacentes àquela fornecedora	Niceplanet/JBS
(Produtividade) Elaborar um modelo em um APP que possa ser preenchido pelo produtor e por meio de uma API utilizada pelos frigoríficos compradores.	JBS
(TQ) Elaborar proposta para esclarecimento das fases de demarcação de território quilombola	Niceplanet
Elaborar texto que explicita que as perguntas e respostas escritas na FAQ foram canceladas pelo MPF	Câmara técnica



5.5 Marabá (PA) - 08 e 09/07

A oficina realizada em Marabá reuniu 19 participantes (Figura 12). Estavam representados frigoríficos, consultorias, empresas de geomonitoramento, curtumes, produtores rurais, associações locais, órgãos estaduais e do Ministério Público Federal.



Figura 12. Participantes da oficina de PMFGA de Marabá, 2025.

Os debates deram ênfase às particularidades do Pará, com destaque para problemas de regularização fundiária e recorrentes divergências nas bases do INCRA que dificultam a aplicação dos critérios. Questões técnicas relativas ao mapeamento de pastagens pelo MapBiomas em áreas de Integração Lavoura-pecuária classificadas como mosaico, que impacta a quantificação de área produtiva das propriedades também foram discutidas. Durante as apresentações, o procurador Dr. Ricardo Negrini (MPF) reforçou o papel do MPF no processo participativo de revisão do protocolo. Juliana Pinto (Agrotools) apresentou o PREM, detalhando adaptações locais no Pará, a mudança de Autorização de Comercialização Temporária (ACT) para a Declaração de Legalidade Comercial (DLC) e o uso de vistoriadores técnicos credenciados.

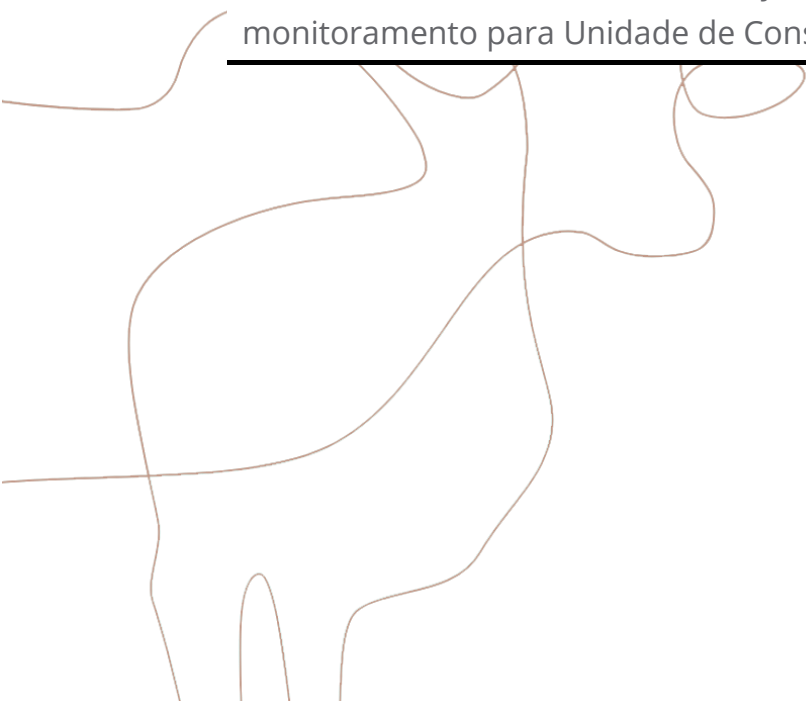
Os participantes abordaram nas discussões, as regras para desbloqueio do critério de desmatamento ilegal — em particular as condicionantes relativas à regeneração no Anexo II — e levantaram dúvidas sobre critérios de

indenização e critérios técnicos para laudos de regeneração e de contestação do PRODES. Também houve demanda por maior alinhamento entre o protocolo e plataformas/iniciativas estaduais e nacionais (ex.: Plataforma Agro Brasil+ Sustentável) para evitar inconsistências no uso de diferentes bases de dados e procedimentos.

A oficina de Marabá forneceu contribuições técnicas relevantes para o aprimoramento do PMFGA, destacando a necessidade de maior clareza nas regras de desbloqueio, ajustes técnicos no entendimento de áreas mapeadas em mosaico e articulação institucional para resolver problemas de base de dados e de execução local. Ao final da oficina encaminhamentos e os respectivos responsáveis foram elencados (Tabela 5).

Tabela 6. Encaminhamentos e responsáveis da oficina do PMFGA de Marabá, 2025.

ENCAMINHAMENTOS	RESPONSÁVEL
Convite para participação dos órgãos competentes nas oficinas via MPF	MPF
Aprimorar divulgação das oficinas, como confirmação inscrição, local e horários do evento	Imaflora
(Embargo) Esclarecer a redação da regeneração do Anexo II, quanto a necessidade de a área estar 100% regenerada e endereçar esclarecimento na FAQ	Câmara técnica
(TI e TQ) Reavaliar início de monitoramento de acordo com a fase de demarcação de terras indígenas e territórios quilombolas	Bolt
(UC) Definir uma fase de demarcação para início de monitoramento para Unidade de Conservação	Bolt



5.6 Ji-Paraná (RO) - 26 e 27/08

A oficina realizada em Ji-Paraná contou com a participação de 43 profissionais, que representaram frigoríficos, produtores, consultorias, órgãos públicos, associações, ONGs, empresas de geomonitoramento e setor financeiro.



Figura 13. Participantes da oficina de PMFGA de Ji-Paraná, 2025.

Nas apresentações iniciais, estiveram presentes Bruno Leite, representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), e o Dr. Gabriel Ferreira, Procurador da República em Rondônia, que trouxeram contribuições fundamentais para aprofundar as discussões. Bruno Leite destacou o papel do MAPA na integração de políticas públicas de defesa agropecuária e de rastreabilidade, abordando a plataforma Agro Brasil+Sustentável e reforçando a importância de aproximar o protocolo da realidade produtiva da região. O Dr. Gabriel Ferreira abordou o papel do Ministério Público Federal na fiscalização e no acompanhamento dos TACs da carne, além de esclarecer dúvidas jurídicas levantadas pelos participantes.

Nas discussões, os participantes levantaram desafios como a fragilidade do CAR, em razão do caráter autodeclaratório e de inconsistências frequentes, a ausência de uma base unificada de informações ambientais e fundiárias e as dificuldades relacionadas a conflitos em Unidades de Conservação e

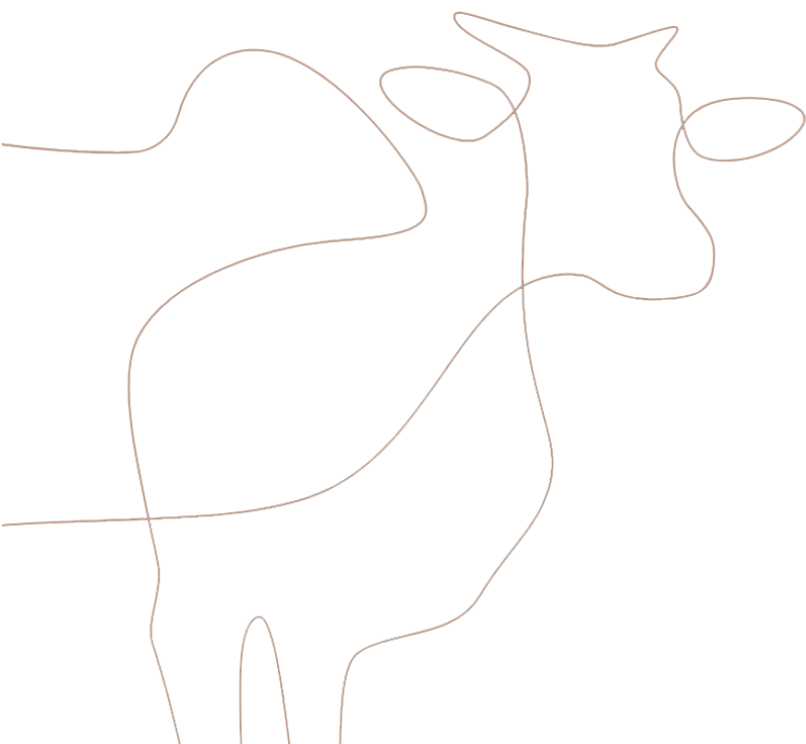
Terras Indígenas, sobretudo quando áreas privadas são inseridas em zonas protegidas sem clareza sobre processos de indenização. Também foi destacada a dificuldade de comprovação da produtividade por pequenos produtores, os custos elevados para emissão de laudos técnicos e a limitação de acesso a tecnologias básicas.

A oficina de Ji-Paraná reforçou a necessidade de medidas estruturais para aprimorar a segurança jurídica e a efetividade do protocolo. Para tanto, seria necessário a padronização de laudos, maior integração e transparência das bases de dados, apoio técnico aos produtores e estratégias que reduzam falsos positivos garantindo condições viáveis para a conformidade socioambiental. Ao final da oficina, encaminhamentos e os responsáveis foram sugeridos e escolhidos, respectivamente (Tabela 7).

Tabela 7. Encaminhamentos e responsáveis da oficina do PMFGA de Ji-Paraná, 2025.

ENCAMINHAMENTOS	RESPONSÁVEL
Levantamento dos desafios do estado, que não competem ao protocolo, e das propostas de solução para levar à câmara social. Ex: avançar na regularização fundiária, diminuir morosidade órgãos ambientais, melhor conscientização dos produtores sobre passivos ambientais, base de dados unificadas, problemas derivados a criação de novas UCs	APROM, ARONPEC, FAPERON
(Desmatamento ilegal) Elaborar proposta para estabelecer critérios claros para laudos de regeneração	Ambienta Agro – Fernanda Barbosa
(Desmatamento ilegal) Elaborar proposta para periodicidade de relatório técnico de monitoramento anual	APROM e Pacto Rural
(Desmatamento ilegal) Elaborar proposta de laudo de contestação do PRODES para áreas de servidão	Pacto Rural
(Desmatamento ilegal) Elaborar proposta para reclassificação de falso-positivo	APROM e SOS Ambiental

(Propriedades auxiliares) Elaborar proposta técnica de revisão e postergação da aplicabilidade do critério	ARONPEC, Rio Terra, JBS
(Produtividade) Elaborar proposta de aumento do índice de produtividade	APROM
(Embargo) Elaborar proposta para desconsiderar embargos anteriores a 2008	Pacto Rural, SOS Ambiental, ARC Agro
(Embargo) Elaborar proposta de bloqueio apenas do polígono irregular para embargo	SOS Ambiental e APROM



5.7 Rio Branco (AC) - 01/10

A oficina de Rio Branco, reuniu 27 participantes de diversos segmentos da cadeia da carne — entre representantes de órgãos públicos, frigoríficos, consultorias, associações e empresas de geomonitoramento (Figura 14). Os participantes concentraram as discussões no critério de desmatamento ilegal, tema de maior sensibilidade regional. Foram relatadas dificuldades de compreensão e comunicação entre produtores e frigoríficos quanto às regras de desmatamento e regeneração, além da falta de orientações claras para pequenos produtores. Também foi enfatizada a necessidade de harmonização entre a legislação estadual e federal, especialmente quanto à definição de áreas de uso alternativo do solo e à validação de imóveis no CAR.



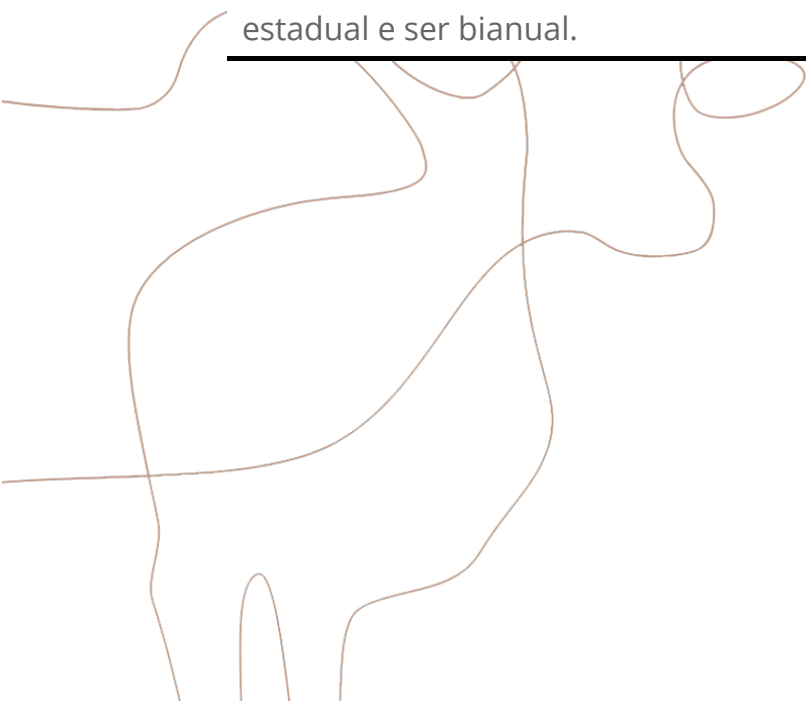
Figura 14. Participantes da oficina de PMFGA de Rio Branco, 2025.

A representante da Secretaria de Meio Ambiente do Acre (SEMA), Raquel Talita Chagas Finco Gonçalves, Gerente Operacional do Setor de Análise do Escritório Técnico do CAR e PRA, apresentou os avanços na validação do CAR no estado e destacou a importância da compensação de passivos ambientais em áreas desmatadas antes de 2008. Também apresentou o Selo Verde Acre, plataforma estadual de conformidade ambiental que integra informações e facilita o acesso dos produtores à situação de suas propriedades, promovendo transparência, segurança jurídica e incentivo às práticas produtivas sustentáveis.

Durante as discussões, os participantes debateram sobre a necessidade de propostas de criação de um novo projeto para apoiar a regularização socioambiental e intensificar a fiscalização em campo. A adoção do CAR validado sem passivo como regra de desbloqueio para o critério de desmatamento ilegal e a adequação da periodicidade do envio do relatório de monitoramento, que deveria seguir a legislação estadual e tornar-se bianual também foram debatidos. A oficina de Rio Branco reforçou o comprometimento dos atores locais em adaptar o protocolo à realidade do Acre e avançar na integração entre instituições públicas e privadas, fortalecendo a regularização ambiental e a governança territorial como pilares para uma pecuária sustentável na Amazônia. Ao final da oficina, encaminhamentos e os responsáveis foram sugeridos e definidos, respectivamente (Tabela 8).

Tabela 8. Encaminhamentos e responsáveis da oficina do PMFGA de Rio Branco, 2025.

ENCAMINHAMENTOS	RESPONSÁVEL
(Desmatamento ilegal) Elaborar proposta de um novo projeto para auxiliar a regularização socioambiental e fiscalização a campo. Assim como fortalecimento da comunicação com as instituições do estado.	Três Irmãos e BMG Foods
(Desmatamento ilegal) Elaborar proposta para aprovação de CAR validado sem passivo como regra de desbloqueio do critério de desmatamento ilegal.	SEMA
(Desmatamento ilegal) Elaborar proposta para o relatório de monitoramento anual seguir a legislação estadual e ser bianual.	JBS



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As oficinas realizadas ao longo de 2025 representaram uma etapa estratégica de fortalecimento técnico e participativo na implementação do PMFGA e do PACPA. O processo reafirmou a importância de manter um espaço contínuo de diálogo e aprimoramento, em que as diferentes realidades regionais, visões institucionais e experiências práticas possam contribuir de forma construtiva para a evolução dos instrumentos de monitoramento e auditoria socioambiental.

A escuta ativa e o engajamento dos participantes evidenciaram avanços concretos na compreensão e na aplicação dos protocolos, além de identificarem desafios estruturais que demandam atuação coordenada entre órgãos públicos, setor produtivo, consultorias, academia e sociedade civil. A necessidade de integração das bases de dados, padronização dos critérios técnicos, aperfeiçoamento dos mecanismos de desbloqueio e apoio aos produtores na regularização ambiental foi consenso em praticamente todas as oficinas.

O conjunto de encaminhamentos e aprendizados sistematizados neste relatório será utilizado para subsidiar a revisão e aprimoramento técnico das próximas versões dos protocolos, via Câmaras Sociais Estaduais e MPF, garantindo que permaneçam aderentes às exigências legais, às expectativas de mercado e às condições reais de implementação em campo. Por fim, as oficinas reafirmaram o papel do Ministério Público Federal (MPF) e dos atores parceiros na condução de um processo colaborativo e de melhoria contínua, com base em evidências técnicas, participação social e comprometimento com o desenvolvimento sustentável da Amazônia. O aprendizado acumulado neste ciclo fortalece as bases para um sistema de monitoramento mais eficiente, inclusivo e alinhado com os objetivos de conservação ambiental, transparência e responsabilidade socioambiental da cadeia da carne.



Anexo I - Avaliação das oficinas

A seguir, são apresentadas as avaliações e os comentários registrados pelos participantes das oficinas realizadas em 2025 no âmbito do PMFGA e do PACPA.

1. Manaus (AM)

Qual foi o assunto mais útil nesta oficina?

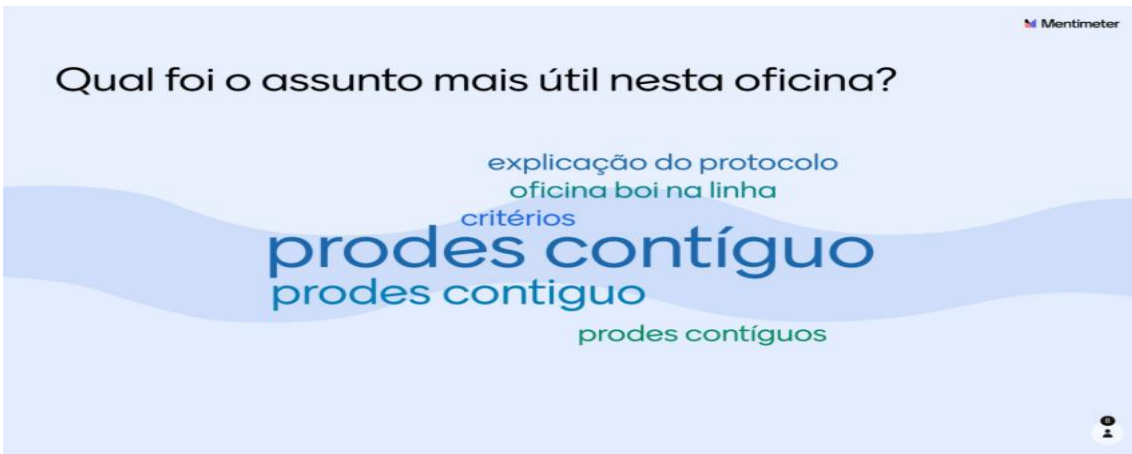
detalhamento do programa
conhecimento d protocolo
desmatamento conhecer os critérios
critérios de desbloqueio
regularização critérios rastreamento
os critérios do protocolo
critérios do protocolo

Qual assunto não foi abordado nesta oficina, mas seria importante ser?

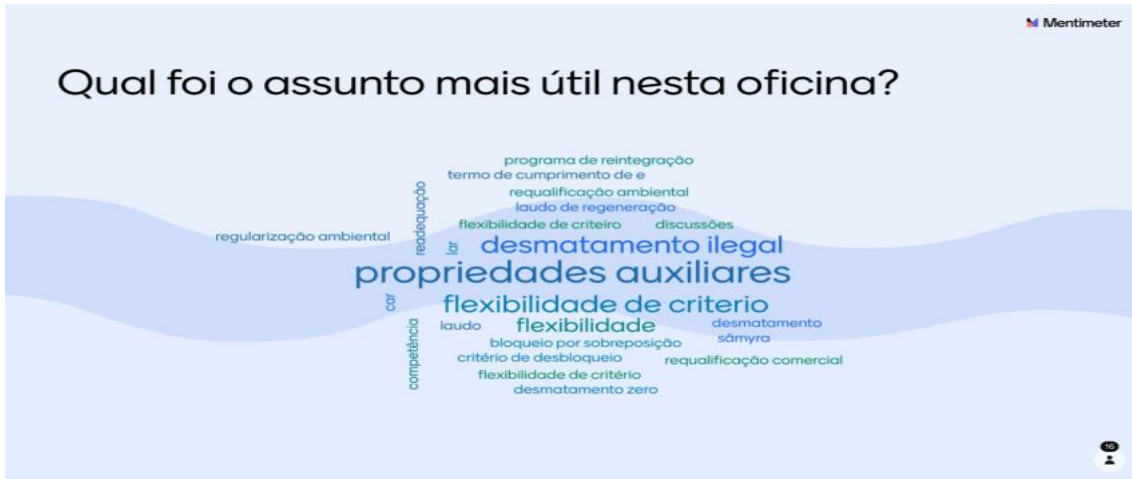
metodologia car digital
critérios produtividade comercialização
ferramentas na prática
fraude bem-estar animal
sanidade
vacinas obrigatórias
automações custos de legalização
valores os números alcançados
mercado dessa carne



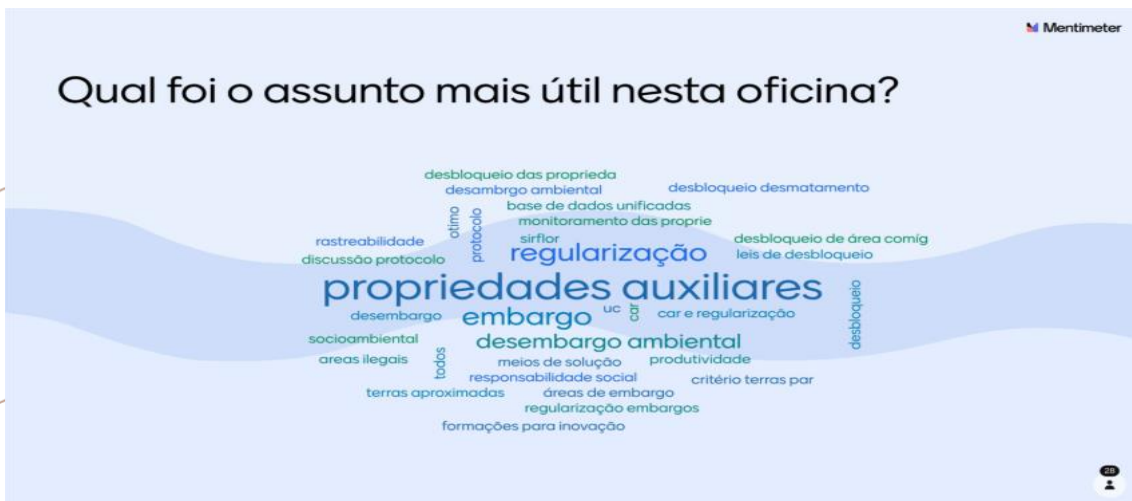
4. Palmas (TO)

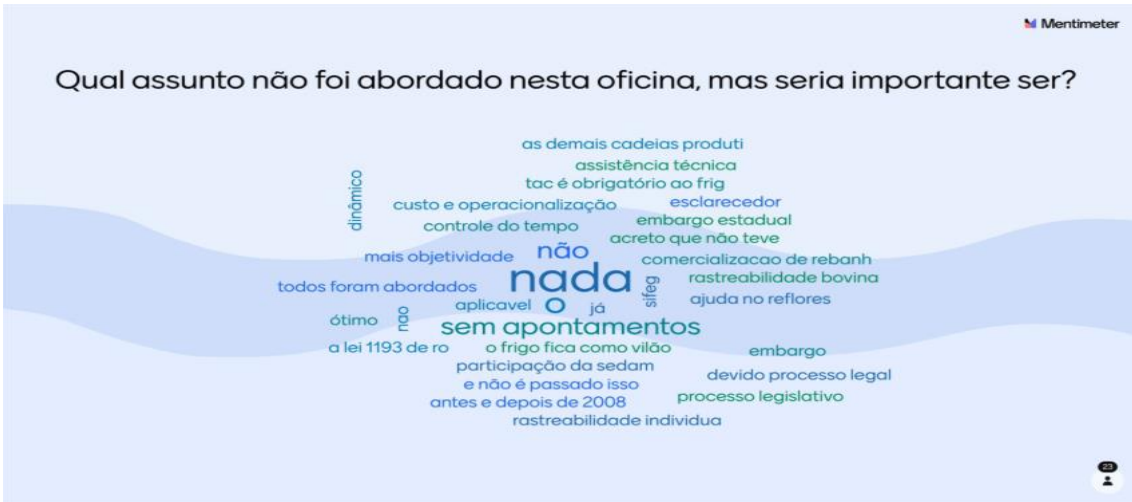


5. Marabá (PA)

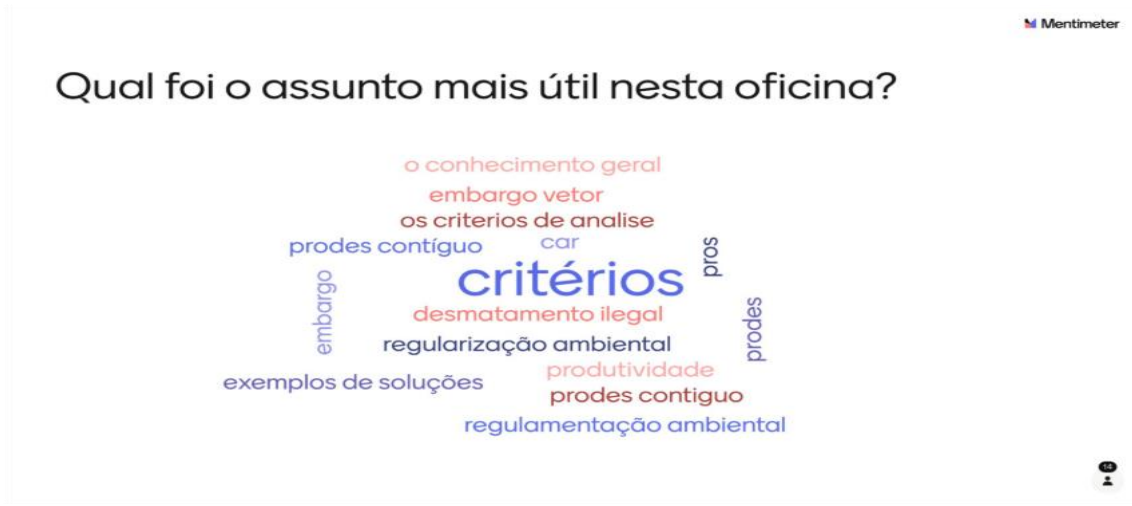


6. Ji-Paraná (RO)





7. Rio Branco (AC)



Qual assunto não foi abordado nesta oficina, mas seria importante ser?

